RESENHAS

TONIOL, R. e STEIL, C. 2016. *Nos Rastros da Natureza: a conversão da experiência rural em ecológica a partir de uma política de estado*. Curitiba: Appris. 217 pp.

ROQUE PINTO DA SILVA SANTOS

O livro “Nos Rastros da Natureza: a conversão da experiência rural em ecológica a partir de uma política de estado”, de autoria dos antropólogos Rodrigo Toniol e Carlos Steil, procura descrever e analisar caminhadas em propriedades rurais na região central do Estado do Paraná, instituídas como política pública a partir do ano de 2007.

O livro é resultado de uma investigação original de natureza etnográfica levada a cabo no Vale do Ivaí, em que se busca verificar no terreno, acompanhando as caravanas de caminhantes, como valores e práticas de orientação ecológica se materializavam nessas práticas e em seu entorno político, social, ecológico e econômico.

Trata-se de um trabalho que pretende explicitar os significados do caminhar e seus desdobramentos, tanto no terreno de investigação empírica quanto no âmbito teórico-conceitual. E assim, dentro da melhor tradição antropológica, situa-se no entremeio, persegue o oblíquo, o transversal, busca delinear aquele objeto que atravessa o mundo social e ao fazê-lo explicita seus dramas e enredos.

Para isso, os autores lançam mão de uma estratégia escritural inteligente quando estruturam o trabalho em subcapítulos curtos e objetivos, mesmo nas partes dedicadas ao aspecto teórico. Outro ponto positivo a ser registrado é o rigor em que é utilizada a narrativa etnográfica. Ao invés de extensas transcrições em estado bruto ou longas descrições supérfluas que muitas vezes se apartam dos objetivos pretendidos, o que se vê na obra de Toniol e Steil é uma coordenação acurada na direção de um equilíbrio entre o referencial teórico, a descrição e a análise. As vozes locais são evocadas como ferramenta de precisão, no momento justo.

Esquemáticamente, a obra se divide em quatro partes, com dois capítulos voltados para a revisão de literatura e outros dois dedicados à descrição etnográfica. O primeiro capítulo, intitulado “Peregrinação, Viagem, Turismo e Caminhadas”, relaciona uma trajetória teórica que discute os sentidos dos deslocamentos humanos – e em especial a caminhada – com ênfase nas dimensões ritológica e religiosa, sem perder de vista os paralelismos e hibridismos entre peregrinos e turistas.

Este capítulo interage com trabalhos – majoritariamente no campo da antropologia – que buscaram sistematizar os vários tipos de viagens voluntárias, incluindo aí tanto a peregrinação quanto a

atividade turística e a delgada fronteira que mal as separa. O antiplástico da *caminhada* e do *caminhar* dá liga a uma série de etnografias que tratam do tema dos deslocamentos humanos; a alguns aspectos da socioantropologia do turismo, com Nelson Graburn e Erick Cohen examinando as interfaces entre jornadas de natureza sagrada e a atividade turística; e às contribuições dos Turner (*Image and pilgrimage in Christian culture*) e de obras coletivas como as de Eade & Sallnow (*Contesting the sacred: the anthropology of Christian pilgrimage*) e de Coleman & Eade (*Reframing pilgrimage: cultures in motion*) que abordam os âmbitos teórico, metodológico, histórico e etnográfico da peregrinação e seus desdobramentos.

O segundo capítulo, “Os Rastros dos Percursos: mudanças históricas no controle e na promoção de caminhadas na natureza”, trata do binômio sujeito e paisagem, no tempo. Aborda como vai se modificando a relação entre caminhantes e lugares de caminhadas a partir de parâmetros histórico-culturais que modulam os múltiplos significados do que vem a ser natureza, paisagem e ambiente, situando a discussão numa arena que tangencia a filosofia, a sociologia, a história e a antropologia.

Esta parte do texto procura divisar, segundo os autores, “relações distintas entre a prática da caminhada e as paisagens em que se caminha” (p. 44). Seu eixo norteador diz respeito à verificação de que o ato de caminhar é uma constante na história do Ocidente Moderno. Argumenta que, de peregrinações medievais a passeios das cortes pelos jardins, do escapismo filosófico e romântico até a invenção do lazer e a prática de atividades ao ar livre como contraponto ao trabalho industrial, há um traço histórico no caminhar, passível de captura pela antropologia da paisagem.

“Repetir sem coincidir: a produção das caminhadas e os agentes envolvidos” é o título do terceiro capítulo, que é o início da narrativa etnográfica propriamente dita. Descreve como a atividade de caminhada passa a ser incorporada a uma política institucional em uma região economicamente vulnerável situada na porção central do Paraná, delineando a trajetória da implantação das “Caminhadas na Natureza” através do fomento direto da Emater paranaense (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), abordando tanto sua produção discursiva quando material.

Nesta parte os autores relatam como moradores locais receberam inicialmente com certo ceticismo a ideia de recepcionar cidadãos que viajariam centenas de quilômetros para fazer caminhadas em suas propriedades. O capítulo ilustra como foram estabelecidas as estratégias de persuasão no sentido de legitimar as caminhadas no âmbito do que é definido pelos autores como um “idioma ambiental”.

O quarto capítulo, que têm como título “‘Se Parar de Caminhar é Porque Morreu’: caminhada e conhecimento no turismo rural do Vale do Ivaí”, parte de uma abordagem antropológica a respeito dos usos do corpo e do caminhar para conectar a narrativa etnográfica, reiterada com imagens do terreno e relatos de caminhantes, especialmente no que tange a mudanças no âmbito pessoal proporcionadas pelas caminhadas. Cabe aqui observar que as imagens dispostas, especialmente as fotografias, poderiam oferecer um suporte iconográfico mais proeminente, com uma melhor qualidade técnica e um maior peso simbólico-representativo.

Nas conclusões do livro Csordas, Marleau-Ponty e Ingold dialogam numa tessitura analítica que busca levantar questões acerca da produção de sentidos e experiências do caminhar e do espaço em que se caminha, isto é, da atribuição de significados do que sejam natureza e paisagem dentro do que os

autores sugerem como “idioma ambiental”. Segundo eles, tal ideia foi pensada consoante a “capacidade que as questões ambientais têm de parecer ideologicamente neutras e, por conseguinte, passíveis de abrigar distintos posicionamentos [...]. Neste livro, enfim, sustentamos que o idioma ambiental é uma metáfora potencialmente boa para pensar a expansão da ética das políticas ecológicas”. (p. 17 e 18).

No entanto, a categoria analítica de idioma ambiental evocada pelos autores ao longo do trabalho – e de clara influência de John e Jean Comaroff (*Naturalizando a nação: estrangeiros, apocalipse e o Estado pós-colonial*. Horizontes Antropológicos, 7(15), p. 57-106, 2001) mereceria um tratamento mais cuidadoso. Considerando um idioma como um sistema ou código comunicacional que pressupõe uma comunidade de usuários, uma capacidade de transmissão e reprodução e um conjunto de normas e valores dotado de características próprias, seria possível dispor de uma ferramenta analítica robusta, mas que seu alto valor latente para pensar a dimensão ecológica e ambiental não se concretiza no texto.

Ao fim e ao cabo, o livro apresenta méritos notáveis pela eleição do tema em si mesmo, pela justa proporção entre a etnografia e o marco teórico, por apresentar, dentro de um todo equilibrado, uma estratégia escritural límpida e fluida, e por demonstrar como conduzir uma investigação antropológica de forma objetiva e sem afetações. É uma obra altamente recomendável para estudantes e profissionais de ciências sociais, ambientais e áreas contíguas.

Roque Pinto da Silva Santos é Doutor em Antropologia e Professor Adjunto de Antropologia na Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Brasil.

RECEBIDO: 05/02/2017

APROVADO: 02/10/2017